



CFO

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas**

PM/CBM-BA

**CÓD: OP-051DZ-24
7908403565801**

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Língua Inglesa	25
3. Matemática	49
4. Informática.....	59
5. Direito Constitucional	69
6. Direitos Humanos	79
7. Direito Administrativo.....	89
8. Direito Penal	101
9. Direito Processual Penal	111
10. Direito Penal Militar	121
11. Direito Processual Penal Militar	133

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

Mal nos limpamos da areia contrabandeada do Réveillon, e o ano já chega repleto de propostas de trabalho, estudo, esporte e lazer. Energias renovadas e um certo erro de cálculo nos fazem crer que as promessas assumidas hoje encontrarão a mesma pessoa para pagá-las amanhã.

Agenda cheia é a marca da pessoa produtiva e plena de energia, ou seja, eternamente jovem e bem-sucedida. Não é o caso da mão de obra em uma grande cidade, cujo deslocamento para o emprego ocupa grande parte do dia, da paciência e da saúde. Essa sonha com tempo livre do qual não pode dispor, pois seu sustento está sob ameaça perene.

Acostumada a receber convites para dar palestras em diferentes instituições e sem poder ir a todas, me surpreendi com uma resposta específica a uma negativa minha. **A pessoa queria entender a razão pela qual eu não poderia atender a solicitação dela** que, afinal, ocorreria à noite, só se estenderia por duas horas e era perto da minha casa. Para me justificar, desfiei o rosário dos compromissos que assumi logo nos primeiros dias do ano: consultório, aulas, grupos de estudo, livro, coordenação de um instituto. A petulância diante do meu “não” seria só uma anedota, se não me tivesse percebido tão irritada. Daí, claro, já não se trata da falta de sensibilidade do anfitrião, a quem respondi educadamente, mas de um incômodo comigo mesma.

Meu mal-estar decorria do fato de eu cobrar de mim aceitar um evento à noite, que só dura duas horas e é perto da minha casa. Minha resposta apresentando os compromissos previamente assumidos era para aplacar a fúria de alguém que se espelha em um fazer sem canso. Daí que, se quisermos rever uma produtividade que começa logo ao abrir os olhos com o uso do celular, teremos que dizer “não” para nós mesmos antes de tudo.

(Vera Iaconelli. A arte de dizer não para si. www1.folha.uol.com.br, 29.01.2024. Adaptado)

No trecho “A pessoa queria entender a razão pela qual eu não poderia atender a solicitação dela...”, a expressão destacada pode ser substituída, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do trecho, por:

- (A) o porque de
- (B) o por que que
- (C) por que
- (D) porque
- (E) porquê

2. (2024)

Leia o texto para responder a questão.

Há cinquenta anos, o homem desceu na Lua. Eu assisti pela televisão. Foi mais difícil conseguir a imagem em Louveira do que a NASA alunar o módulo e permitir que o astronauta norte-americano, Neil Armstrong, descesse no satélite da Terra.

Em julho daquele ano, estávamos de férias na fazenda de Louveira, e a cidade não era famosa pela imagem captada pelos televisores da época, máquinas com telas pequenas, que transmitiam em branco e preto, invariavelmente com fantasmas e chuviscos distorcendo a imagem.

Como o nome diz, fantasmas eram sombras das imagens e eles podiam ser tão fortes que impediam de ver a cena ou confundir o que os personagens estavam fazendo. Não eram uma exclusividade de Louveira. A imagem da TV na nossa casa em São Paulo também era trágica, mas, em julho de 1969, o problema tinha que ser solucionado, sob risco de não vermos o homem descer na Lua porque a imagem na televisão da fazenda era um borrão.

O jeito foi instalar um mastro no telhado da casa da sede e colocar a antena no seu topo. A imagem não ficou nenhuma maravilha, mas, entre chuvisco e fantasmas, deu para ver o lunauta pisar na lua.

Foi um momento importante. Mesmo nós, na época, crianças, sentimos a gravidade do que estava acontecendo e sabíamos que a humanidade tinha dado um passo enorme na rota de seu progresso.

No dia seguinte, o administrador da fazenda perguntou para meu tio Paulo por que os americanos não tinham ido na lua cheia. Afinal, seria muito mais fácil acertar o nosso satélite.

(Antonio Penteadó Mendonça. 50 anos atrás o homem chegou na lua. <https://cronicasdacidade.com.br>, 16.07.2019. Adaptado)

No trecho “No dia seguinte, o administrador da fazenda perguntou para meu tio Paulo **por que** os americanos não tinham ido na lua cheia” (último parágrafo), a expressão destacada foi corretamente empregada assim como em:

- (A) Os americanos tiveram sucesso na missão **por que** investiram uma quantia considerável no programa espacial.
- (B) Os Estados Unidos propagandearam o feito que haviam conquistado **por que** estavam competindo com os soviéticos.
- (C) É difícil para muitos entender **por que** era tão importante para os Estados Unidos levar um ser humano à Lua.
- (D) Animais eram enviados para o espaço **por que** os cientistas deveriam fazer os devidos testes antes de enviar humanos.
- (E) **Por que** havia uma necessidade de mostrar poder, a corrida espacial foi uma disputa acirrada e dura até os dias de hoje.

3. (2024)

Assinale a alternativa em que o vocábulo **onde** ou **aonde** foi empregado de acordo com a norma-padrão.

- (A) Convergir e divergir são antônimos, onde essas palavras são, portanto, contrárias uma à outra.
- (B) Se estamos em busca de paz interior, devemos estar aonde nos sentimos bem e com pessoas tranquilas.
- (C) A felicidade pode estar nas pequenas coisas, onde uma singela flor ou um doce barato são exemplos.
- (D) Onde teremos de ir se as filas continuarem crescendo e o número de atendentes não aumentar?
- (E) Um passeio a pé após o almoço, onde a calçada não seja irregular, pode ser bom para a digestão.

4. (2024)

O desafio

Vou desafiar meus leitores e minhas leitoras. É um convite a uma posição mais científica na formulação de opiniões. Meu texto de hoje tem dois objetos: um é de memória de um centenário, outro é uma metodologia de pensamento.

Começo pela metodologia. O pensamento científico tenta enfrentar o que for “preconceito”. Dentre muitos sentidos, a palavra indica um conceito surgido antes da experiência, algo que está na cabeça sem observação da realidade. O indivíduo é um evangélico fervoroso e, por

causa da sua fé, evita ler um bom texto do Papa Francisco, por exemplo. Obviamente, o mesmo ocorre com o católico convicto em relação a outros credos.

Existem os que conhecem algo de uma referência, porém apenas tomaram contato com trechos, excertos, frases perdidas. Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse mal. Como na parábola dos cegos que apalpam um elefante, uns imaginam que a forma do mamífero seja a de uma espada por tocarem no marfim, outro afirma ser uma parede por tocar em seu abdômen e um terceiro garante que é uma mangueira por ter encostado, exclusivamente, na tromba.

Passemos ao centenário e à união dos dois temas. A 19 de setembro de 1921, ou seja, há cem anos, nasce o recifense Paulo Reglus Neves Freire. Filho de classe média urbana, enfrentou dificuldades, porém seguiu o curso de Direito e começou a lecionar português. Seu olhar agudo esbarrava em um grande problema do Brasil: a alfabetização de adultos. Os métodos tradicionais causavam desistência. Apenas para dar uma breve indicação do tamanho do desafio: em 1906, de cada mil habitantes do Estado de Pernambuco, 193 eram alfabetizados e 807 analfabetos. Na área aproximada da então capital Rio de Janeiro, a alfabetização ultrapassava 50% da população. Éramos um país rural e com poucos leitores. Deixamos de ser um país rural...

O quadro foi mudando lentamente ao longo do século 20, sem nunca ter conseguido eliminar a gravidade do analfabetismo. Como construir uma sociedade produtiva e minimamente justa com analfabetismo, letramento imperfeito, dificuldades estruturais de leitura e de interpretação de texto?

Paulo Freire concebeu um modelo de alfabetização novo. Partiu do universo dos alunos em um célebre experimento com cortadores de cana. Empoderou os alunos que deixaram de ser receptores passivos de uma escola informativa, baseada na memória e com autoridade do professor. Escreveu sobre alguns dos seus fracassos que motivaram aperfeiçoamentos no método.

(Leandro Karnal. *O Estado de S. Paulo*, 19 de setembro de 2021.
Adaptado

Na passagem – Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse **mal**. – o termo destacado está empregado como

- (A) adjetivo, e refere-se à pouca atenção que as pessoas dedicam à leitura da Bíblia e das obras de Platão.
- (B) substantivo, e retoma o sentido da concepção que o evangélico e o católico têm das obras do Papa.

LÍNGUA INGLESA

1. VUNESP - 2024

Leia o seguinte texto, em inglês, para responder a questão.

Bus Interface Unit (BIU)

The BIU contains a prefetch queue, a bus controller, segment registers, and the instructions pointer (IP). The main purpose of the BIU are to keep the prefetch queue filled with instructions, to generate and accept the system control signals, to provide the system with a memory address or input/ output (I/O) port number, and to act as a window between the EU and memory for data.

The BIU ensures that the queue is filled with instructions by fetching the next single byte of an instruction if the 8088 queue has space, and two bytes if the 8086 queue has space. Prefetching allows the execution unit to obtain the next instruction directly from the BIU instead of the memory as required by older, 8-bit microprocessors. Because the next instruction is already inside of the 8086/8088 when execution is imminent, the microprocessor executes software at a much higher speed than if every instruction were fetched directly from the memory.

(The Intel Microprocessors, Barry B. Brey, Maxwell MacMillan International Editions, 1991, pg. 4.)

De acordo com o texto, o microprocessador 8086/8088 executa programas mais rapidamente, pois

- (A) as próximas instruções requeridas já estão dentro do processador.
- (B) as instruções possuem todas o mesmo tamanho.
- (C) as instruções são buscadas diretamente na memória no momento da execução.
- (D) todas as instruções são executadas em um único ciclo de clock.
- (E) não existe uma fila de instruções previamente lidas da memória.

2. VUNESP - 2024

Examine o meme publicado pelo perfil “ancientcringe” no Instagram em 02.07.2023. O meme foi criado a partir da pintura intitulada “Sentence of death” (1908), do artista inglês John Collier (1850-1934), na qual um médico comunica a seu paciente uma notícia desagradável.



Na construção de seu sentido, o meme introduz duas falas na pintura. Tal procedimento

- (A) desfaz o caráter dramático da pintura original, conferindo a ela uma dimensão moralizante.
- (B) ressalta o caráter dramático da pintura original, conferindo a ela uma dimensão metalinguística.
- (C) ressalta o caráter dramático da pintura original, conferindo a ela uma dimensão filosófica.
- (D) desfaz o caráter dramático da pintura original, conferindo a ela uma dimensão metalinguística.
- (E) desfaz o caráter dramático da pintura original, conferindo a ela uma dimensão filosófica.

3. VUNESP - 2023

Throughout the 20th century the study and practice of public administration was essentially realistic and normative rather than theoretical and value free. This may explain why public administration, unlike some social sciences, developed without much concern about a general theory. Not until the mid-20th century and the dissemination of the German sociologist Max Weber's theory of bureaucracy¹ was there much interest in a theory of public administration. Most subsequent bureaucratic theory, however, was addressed to the private sector, and there was little effort to relate organizational to political theory.

A key principle of public administration has been economy and efficiency – that is, the provision of public services at the minimum cost. This has usually been the stated objective of administrative reform. Despite growing concern about other kinds of values – such as responsiveness to public needs, justice and equal treatment, and citizen involvement in government decisions – efficiency continues to be a major goal.

In its concern with efficiency and improvement, public administration has focused frequently on questions of formal organization. It is generally held that administrative problems can be at least partly corrected by reorganization. Many organizational principles originated with the military, a few from private business. They include, for example: (i) arranging departments, ministries, and agencies on the basis of common or closely related purposes, (ii) grouping like activities in single units and (iii) equating responsibility with authority.

1 Bureaucracy = administration, organization.

(<https://www.britannica.com/topic/public-administration>. Adaptado)

De acordo com o texto,

- (A) as dificuldades administrativas são resolvidas por meio de reorganização.
- (B) questões relacionadas à administração pública geravam grande interesse já no início do século XX.
- (C) o servidor público tem participação técnica, mas não administrativa nas decisões do governo.
- (D) princípios de organização pública foram gerados a partir de princípios de empresas privadas.
- (E) a teoria de Weber impulsionou o interesse pela teoria da administração pública.

4. VUNESP - 2023

Throughout the 20th century the study and practice of public administration was essentially realistic and normative rather than theoretical and value free. This may explain why public administration, unlike some social sciences, developed without much concern about a general theory. Not until the mid-20th century and the dissemination of the German sociologist Max Weber's theory of bureaucracy¹ was there much interest in a theory of public administration. Most subsequent bureaucratic theory, however, was addressed to the private sector, and there was little effort to relate organizational to political theory.

A key principle of public administration has been economy and efficiency – that is, the provision of public services at the minimum cost. This has usually been the stated objective of administrative reform. Despite growing concern about other kinds of values – such as responsiveness to public needs, justice and equal treatment, and citizen involvement in government decisions – efficiency continues to be a major goal.

In its concern with efficiency and improvement, public administration has focused frequently on questions of formal organization. It is generally held that administrative problems can be at least partly corrected by reorganization. Many organizational principles originated with the military, a few from private business. They include, for example: (i) arranging departments, ministries, and agencies on the basis of common or closely related purposes, (ii) grouping like activities in single units and (iii) equating responsibility with authority.

1 Bureaucracy = administration, organization.

(<https://www.britannica.com/topic/public-administration>. Adaptado)

O segundo parágrafo permite-nos saber que

- (A) valores como justiça são básicos na administração pública.
- (B) o início do século XX viu o nascimento do treinamento para servidores públicos.
- (C) um princípio básico da administração pública é atenção às necessidades do cidadão.
- (D) eficiência foi e continua sendo um princípio fundamental na administração pública.
- (E) a resposta do público aos serviços orienta as reformas.

5. VUNESP - 2023

Information security (sometimes referred to as InfoSec) covers the tools and processes that organizations use to protect information. This includes policy settings that prevent unauthorized people from accessing business or personal information. InfoSec is a growing field that covers a wide range of fields, from network and infrastructure security to testing and auditing.

Information security protects sensitive information from unauthorized activities, including inspection, modification, recording, and any disruption or destruction. The goal is to ensure the safety and privacy of critical data such as customer account details, financial data or intellectual property.

The consequences of security incidents include theft of private information, data tampering and data deletion.

MATEMÁTICA

1. VUNESP - 2024

Utilize as informações a seguir para responder.

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

Distribuição dos colaboradores pelos seus respectivos salários

Salário Recebido	Número de colaboradores
R\$ 1.800,00	20
R\$ 2.100,00	15
R\$ 2.500,00	10
R\$ 3.000,00	5

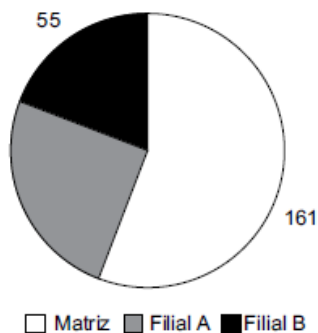
Com relação ao número total de colaboradores da instituição, os que recebem salários abaixo de R\$ 2.500,00 correspondem a

- (A) 80%.
- (B) 70%.
- (C) 90%.
- (D) 35%.
- (E) 45%.

2. VUNESP - 2024

O gráfico a seguir representa a distribuição do número total de colaboradores de uma empresa, pela matriz e suas duas filiais, mas apresenta defeito na impressão do número de colaboradores que atuam na Filial A.

Distribuição do número total de colaboradores



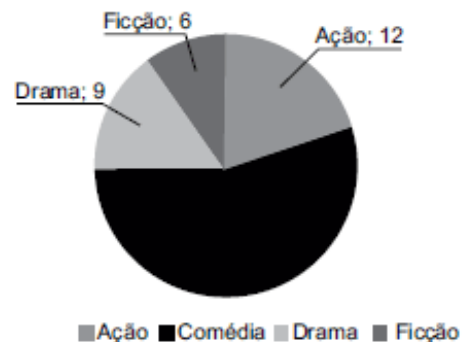
Sabendo-se que o ângulo central do setor que representa o número de colaboradores que atuam na Filial A mede 90° , o número de colaboradores que atuam nessa filial é igual a

- (A) 72.
- (B) 74.
- (C) 76.
- (D) 78.
- (E) 80.

3. VUNESP - 2024

Para programar uma sessão de cinema, os organizadores do evento consultaram os convidados sobre o gênero de filmes preferidos. O gráfico a seguir mostra cada gênero e a quantidade de votos em cada um, exceto o gênero Comédia, cujo número de votantes não apareceu no gráfico.

Preferência por gênero de filmes

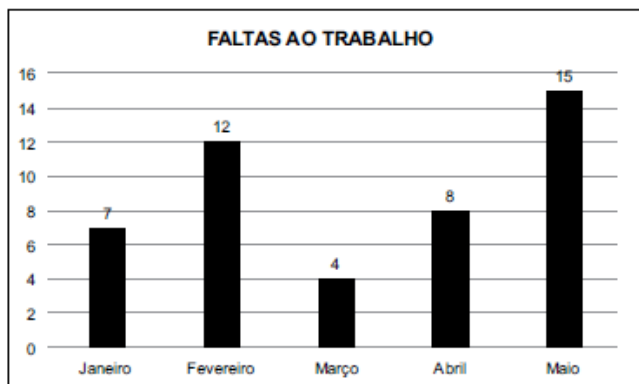


Os organizadores constataram que a soma do número de votos dos gêneros Drama, Ficção e Ação correspondia a 45% do número total de votos. Sabendo que cada convidado só votou em um gênero, é correto afirmar que o número de votantes em Comédia é igual a:

- (A) 21
- (B) 24
- (C) 27
- (D) 30
- (E) 33

4. VUNESP - 2024

O gráfico a seguir mostra o número de faltas ao trabalho ocorridas nos primeiros cinco meses de um ano em uma empresa.



A meta da empresa é que a média aritmética mensal de faltas, no primeiro semestre desse ano, seja igual a 9. Para que essa meta seja alcançada, o número de faltas no mês de junho deverá ser de

- (A) 7.
- (B) 8.
- (C) 9.
- (D) 10.
- (E) 11.

5. VUNESP - 2024

Um grupo de pessoas foi dividido em duas equipes, A e B, e, inicialmente, a média das idades das pessoas da equipe A era igual a 25 anos e a média das idades das pessoas da equipe B era igual a 40 anos. Após a divisão inicial, foram transferidas 8 pessoas, todas com 30 anos de idade, da equipe B para a equipe A e, com essa mudança, as duas equipes passaram a ter o mesmo número de pessoas, e a média das idades das pessoas da equipe A passou a ser 26 anos. A média das idades de todas as pessoas desse grupo é

- (A) 34 anos.
- (B) 35 anos.
- (C) 36 anos.
- (D) 37 anos.
- (E) 38 anos.

6. VUNESP - 2024

A média aritmética simples das atuais idades de três motoristas é 33 anos, sendo que o mais novo tem 28 anos, e a diferença entre as idades dos outros dois mo-

toristas é de 9 anos. Se o motorista com a maior idade faz aniversário no próximo mês, então é verdade que ele completará

- (A) 38 anos.
- (B) 39 anos.
- (C) 40 anos.
- (D) 41 anos.

7. VUNESP - 2024

Utilize as informações a seguir para responder.

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

Distribuição dos colaboradores pelos seus respectivos salários

Salário Recebido	Número de colaboradores
R\$ 1.800,00	20
R\$ 2.100,00	15
R\$ 2.500,00	10
R\$ 3.000,00	5

Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 10% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a média aritmética simples dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto.

- (A) R\$ 2.350,00
- (B) R\$ 2.150,00
- (C) R\$ 2.585,00
- (D) R\$ 2.355,00
- (E) R\$ 2.365,00

8. VUNESP - 2024

Em 31 de dezembro de certo ano, 60 pessoas de uma família se reuniram e se dividiram em dois grupos: aqueles com 50 anos ou mais de idade, num total de 42 pessoas, chamados os calejados, e aqueles com menos de 50 anos, os calouros. Nesse encontro, a média das idades dos calejados era 65 anos e a média das idades dos calouros era 43 anos. Cinco anos depois, essas mesmas pessoas se reuniram novamente, e durante esse período algumas completaram 50 anos de idade. Sabendo que nesse novo encontro a média das idades dos calejados era 65,5 anos e a média das idades dos calouros

INFORMÁTICA

1. (2024)

Dois tipos de dispositivo de armazenamento que usam princípios diferentes para o armazenamento são: _____ que usa _____ e que usa _____.

Assinale a alternativa que preenche, **correta** e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) SSD ... pendrive ... HDD ... dispositivo óptico
- (B) HDD ... disco magnético ... SSD ... memória flash
- (C) CD ... dispositivo óptico ... SSD ... disco magnético
- (D) pendrive ... memória flash ... HDD ... SSD
- (E) pendrive ... memória flash ... Fita DAT ... dispositivo óptico

2. (2024)

Um técnico de informática está investigando um computador de um usuário, que tem Microsoft Windows 10, em sua configuração original, que não consegue abrir alguns aplicativos. Como parte das tarefas de manutenção de computadores, esse técnico decidiu executar dois comandos no prompt de comando do Windows. O primeiro, que pesquisa por setores defeituosos no disco rígido, e que pode estar ocasionalmente causando essa falha. Se o problema não for solucionado, o segundo comando irá reorganizar e otimizar os arquivos no disco rígido, desfragmentando o disco.

Assinale a alternativa com o nome desses comandos.

- (A) chkdsk, defrag
- (B) systeminfo, chkdsk
- (C) taskkill, defrag
- (D) chkdsk, format
- (E) taskkill, chkdsk

3. (2024)

Sobre memórias de microcomputadores, a(o) _____ encontra-se no primeiro conjunto de comandos executados ao ligar um computador, e está armazenada na memória .

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) BIOS ... ROM
- (B) BOOT ... RAM
- (C) BIOS ... Cache

(D) BOOT ... Cache

(E) BIOS ... RAM

4. (2024)

Sobre monitoramento digital de imagens, na gravação _____ as imagens são capturadas e armazenadas a partir do momento em que uma atividade específica acontece. Neste caso, o servidor é poupado em termos de recursos de armazenamento, já que a quantidade de dados armazenados é reduzida, quando comparada à gravação _____, em que as imagens são capturadas e armazenadas no servidor a todo momento, exigindo, assim, uma capacidade maior de armazenamento dos dados.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) contínua ... por detecção de movimento
- (B) por variação de temperatura ... por detecção de movimento
- (C) por eventos ... contínua
- (D) VGA ... HD
- (E) em nuvem ... em servidor local

5. (2024)

Um usuário entrou em uma pasta local de seu computador, por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão, contendo apenas 5 arquivos, todos do tipo txt, e viu a seguinte listagem de arquivos, cuja visualização está usando um determinado tipo de ordenação de arquivo

2_arquivo

1Arquivo

_2Arquivo

_1arquivo

_arquivo

O usuário, então, escolheu ordenar esses 5 arquivos usando o critério de nome do arquivo. O arquivo que ficará na terceira posição da ordenação é

- (A) 1Arquivo
- (B) _1arquivo
- (C) _arquivo

- (D) 2_arquivo
- (E) _2Arquivo

6. (2024)

Tem-se a seguinte estrutura de pastas, exibida no Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, ambos em sua configuração original.

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
Fevereiro	30/09/2023 11:46	Pasta de arquivos	
Janeiro_2023	30/09/2023 11:41	Pasta de arquivos	
Lista.txt	03/11/2023 09:42	Documento de Te...	6 KB
Lista_2022.txt	03/11/2023 09:42	Documento de Te...	3 KB

Um usuário, ao clicar com o botão principal do mouse sobre o arquivo Lista.txt e arrastá-lo para a pasta Fevereiro, consegue executar a operação com sucesso. No entanto, ao clicar com o botão principal do mouse sobre o arquivo Lista_2022.txt e arrastá-lo para a pasta Janeiro_2023, obtém uma mensagem de erro e não pode, assim, concluir a operação de forma automática.

Assinale a alternativa que indica uma razão para que esta operação não possa ser feita, considerando que o usuário possui privilégios de administrador no computador em uso.

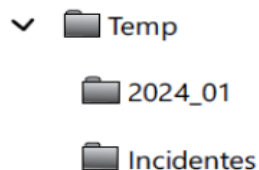
- (A) O arquivo contém números no nome, e isso não é permitido.
- (B) Já existe um arquivo na pasta Janeiro_2023 com o nome de Lista_2022.txt.
- (C) A pasta contém números no nome, e isso não é permitido.
- (D) O arquivo Lista_2022.txt e a pasta Janeiro_2023 não têm a mesma numeração, e por isso o Windows não consegue completar a operação.
- (E) A pasta Janeiro_2023 contém subpastas e assim o Windows não consegue saber para qual subpasta o arquivo Lista_2022.txt deve ser movido.

7. (2024)

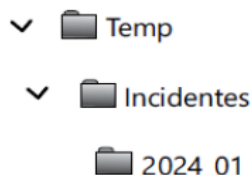
Em um computador com Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, um atalho foi criado na Área de Trabalho apontando para o seguinte endereço: C:\Temp\Incidentes\2024_01\Lista.txt

Assinale a alternativa que mostra a estrutura de pastas que contém o arquivo Lista.txt, de acordo com o atalho mencionado anteriormente, usando o Explorador de Arquivos, também em sua configuração padrão, a partir da pasta Temp.

(A)



(B)



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2023)

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O pluralismo político constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente, por meio de representantes eleitos, ou indiretamente, por meio de plebiscito e referendo, nos termos da Constituição.
- (C) São Poderes da União, autônomos e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e Moderador.
- (D) A concessão de asilo político não é um dos princípios de relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (E) A República Federativa do Brasil buscará a integração étnica, política, tecnológica e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de povos.

2. (2024)

No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que a Constituição Federal garante a

- (A) inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo dever do Estado incentivar o exercício dos cultos religiosos, bem como proteger os locais de culto e as suas liturgias.
- (B) criação de associações, independentemente de autorização, as quais somente poderão ter suas atividades suspensas por intermédio de decisão judicial, com trânsito em julgado.
- (C) livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, com a devida licença, e o acesso à informação, com resguardo do sigilo da fonte, se necessário ao exercício profissional.
- (D) gratuidade, aos reconhecidamente pobres, na forma da lei, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, bem como as ações de habeas corpus e habeas data.
- (E) livre manifestação do pensamento, com o devido anonimato, bem como o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

3. (2023)

Considere que os moradores de um bairro pretendem criar uma associação com o objetivo de promover atividades educativas para as crianças em idade pré-escolar, bem como intermediar as reivindicações da população local perante os órgãos do poder executivo e legislativo. A respeito da criação e do funcionamento dessa associação, com base na Constituição Federal, é **correto** afirmar que

- (A) a associação também poderá ter a finalidade de promover a segurança do bairro e, assim, executar atividade paramilitar.
- (B) a criação da associação deverá ser precedida de autorização do Município, que poderá subsidiar o seu funcionamento.
- (C) caso seja expressamente autorizada, a associação terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (D) caso venha a desviar a sua finalidade e realizar atividades ilícitas, a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida por ato do Poder Executivo.
- (E) como os serviços beneficiarão os moradores do bairro, a associação poderá constituir contribuição que será compulsoriamente cobrada dos beneficiários direto e indireto dos serviços.

4. (2023)

Assinale a alternativa que contempla uma hipótese em que um Guarda Municipal poderia adentrar em uma residência, sem consentimento do morador e sem que esteja violando a Constituição Federal.

- (A) Durante o dia ou à noite, com a intenção prender um criminoso sobre o qual teve notícia que estaria residindo no local.
- (B) Durante o dia, com autorização do Delegado de Polícia, para investigar uma denúncia de que no dia anterior teria ocorrido um caso de violência familiar.
- (C) Durante à noite, para dar apoio a policiais civis para cumprir um mandado de prisão regularmente expedido contra um réu condenado pela Justiça.
- (D) Durante o dia ou à noite, se na residência estiver ocorrendo um flagrante delito ou no caso de um desastre ou, ainda, para prestar socorro.

5. (2023)

Considere que Luciana tem um filho de sete meses de vida, amamenta, mas foi devidamente processada, julgada e condenada pela prática do crime de roubo. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- (A) admite-se que Luciana seja condenada à pena de caráter perpétuo, mas não a penas cruéis.
- (B) Luciana poderá ser condenada a cumprir pena de trabalhos forçados.
- (C) em face do princípio da isonomia, a Constituição determina que a pena deverá ser cumprida no mesmo tipo de estabelecimento penal, não havendo distinção de acordo com a natureza do delito e a idade da apenada.
- (D) assegura-se à Luciana o respeito à integridade física e moral, e a ela não deve ser aplicada a pena de banimento.
- (E) como o filho de Luciana já tem mais de seis meses de vida, não lhe é assegurada a possibilidade de permanecer com seu filho durante o período de amamentação.

6. (2023)

Sobre as ações constitucionais previstas no artigo 5o da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Associação legalmente constituída e em funcionamento há dois anos detém legitimidade para propor mandado de segurança coletivo, em defesa dos interesses de seus associados.
- (B) É admissível habeas data na hipótese de inviabilidade do exercício de direitos por falta de norma regulamentadora.
- (C) O autor da ação popular atuando de boa-fé é isento do pagamento de custas, mas está sujeito aos ônus da sucumbência.
- (D) Mostra-se cabível habeas data para acesso e retificação de informações contratuais do impetrante constantes em empresas privadas sem caráter público.
- (E) São sempre gratuitas as ações de habeas corpus e mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

7. (2023)

Autoridade municipal, no período noturno, pretendia fazer uso temporário de propriedade particular pertencente a Joaquim, diante de uma situação real de iminente perigo público, mas Joaquim recusou, sustentando a inviolabilidade de domicílio, muito embora domiciliado em outro imóvel. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa **correta** à luz da previsão da Constituição Federal de 1988.

- (A) Agiu corretamente a autoridade municipal, pois o iminente perigo público autoriza a utilização da propriedade particular, mediante indenização ulterior, se houver dano.
- (B) A Constituição equipara, para fins de proteção, propriedade e casa, não admitindo o uso temporário de propriedade particular.
- (C) É autorizado o uso da propriedade, mas Joaquim fará jus à indenização decorrente do uso, mesmo não ocorrendo dano à propriedade.
- (D) A Constituição somente autoriza o uso de propriedade particular pelo poder público no período diurno.
- (E) É permitido o uso da propriedade, e diante da situação emergencial não há a previsão de indenizabilidade ulterior.

8. (2023)

O artigo 5o da Constituição Federal de 1988 é fundamental para o Estado Democrático de Direito. Ele trata dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Em seu inciso II, o artigo 5o estabelece que

- (A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, dependendo da licença e independentemente de censura.
- (B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (C) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato, nos casos em que o cidadão não quiser se revelar.
- (D) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e ao direito irrestrito de greve.
- (E) são penalmente inimputáveis os menores de vinte e um anos, sujeitos às normas da legislação especial.

DIREITOS HUMANOS

1. (2023)

O artigo 12, da Declaração Universal dos direitos humanos, estipula que não sofrerá a interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem ataque à sua honra e reputação:

- (A) as crianças e os adolescentes.
- (B) todo ser humano.
- (C) as famílias monoparentais femininas.
- (D) as pessoas idosas.
- (E) as pessoas com deficiência.

2. (2023)

Considerando o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis e o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro 1948, determina no Artigo 1 que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de

- (A) unidade.
- (B) competição.
- (C) cooperação.
- (D) subjetividade.
- (E) fraternidade.

3. (2023)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos marcou uma nova etapa do sistema de valores no âmbito internacional, situando no mesmo plano os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Assim é que o artigo 22 da Declaração faz expressa menção ao direito a que todo ser humano tem, como membro da sociedade, à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento

- (A) comunitário.
- (B) de seu pensamento ético.
- (C) de seu arbítrio.

(D) laboral.

(E) da sua personalidade.

4. (2023)

A Declaração *Universal dos Direitos Humanos*, em seu artigo 11, traz aspectos relativos aos atos delituosos. De acordo com a Declaração, todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas

- (A) as penas relativas ao seu ato.
- (B) a sua honra e a moral.
- (C) as garantias à sua defesa.
- (D) as acessibilidades aos julgamentos.
- (E) as perspectivas de conquistas econômicas.

5. (2022)

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é **correto** afirmar que

- (A) determina que todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.
- (B) não possui qualquer previsão no que concerne à liberdade de reunião.
- (C) determina que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização.
- (D) determina que todos podem reunir-se, com ou sem armas, em locais abertos ao público ou não.
- (E) determina que todos podem reunir-se, em locais abertos ao público, independentemente de autorização.

6. (2022)

Assinale a alternativa que está expressamente de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

- (A) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, não podendo ser encarcerado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

(B) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais benéfica que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

(C) Todo ser humano tem direito à instrução, que será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

(D) No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pelo Poder Executivo, com o fim de assegurar o respeito dos direitos e liberdades e de satisfazer as exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar da sociedade.

(E) Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure uma existência compatível com a dignidade humana, bem como repouso e lazer, inclusive direito a férias remuneradas com um terço a mais e décimo terceiro salário.

7. (2022)

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

(A) todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais e internacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais, que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

(B) todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal internacional independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação administrativa, civil e criminal contra ele.

(C) todo ser humano acusado de um ato delituoso ou não tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público em Tribunal Internacional no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

(D) ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

(E) ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência nem a ataque à sua honra e reputação, exceto por determinação legítima do Estado.

8. (2020)

Com relação à Declaração dos Direitos do Homem (ONU, 1948), é **correto** afirmar:

(A) a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

(B) todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e secreta audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou sobre o fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

(C) todo ser humano tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares, fundamentais e superiores.

(D) todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenha sido assegurado ao menos uma das garantias necessárias à sua defesa.

9. (2020)

Como resposta aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, a proclamação, no ano de 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos aponta para o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações. Seu objetivo é que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente seus princípios, esforcem-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades nela previstos. Conforme prevê a citada Declaração (artigo 7), todos são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção legal

(A) sem qualquer distinção.

(B) independentemente de sua origem.

(C) respeitadas as diversidades locais.

(D) considerado o livre arbítrio pessoal.

(E) submetida à avaliação judicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

A respeito da origem do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

(A) Para parte da doutrina, o Direito Administrativo foi construído a partir de uma participação ativa da jurisprudência do Conselho de Estado francês, derogatória do direito comum, o que geraria uma espécie de contradição entre a sua origem real e a ideia de subordinação do Poder Executivo à vontade geral, expressa pelo Poder Legislativo.

(B) A descontinuidade das constituições, em contraste com a continuidade da burocracia, legitima que o Direito Administrativo seja formado por categorias, institutos, princípios e regras próprios, não sujeitos às mutações constitucionais.

(C) É pacífico na doutrina que a origem do Direito Administrativo está associada ao desenvolvimento do Estado de Direito, o que significa dizer que os institutos do direito administrativo e os princípios definidores do seu regime jurídico foram previamente disciplinados por lei.

(D) O desenvolvimento do contencioso administrativo e do processo administrativo, nos países que adotam o modelo de jurisdição administrativa, não serviu para imunizar as decisões do Poder Executivo e não se contraporia ao princípio da separação dos poderes.

(E) O direito administrativo surge de forma concomitante nos sistemas romano-germânico e nos de origem anglo-saxões, pois em ambos há o compartilhamento de valores comuns da revolução francesa e a concepção de que o poder extroverso do Estado deve estar associado à execução do interesse público.

2. (2024)

“O feudalismo, construído sobre o princípio da autoridade, era incompatível com a subordinação do senhor feudal a um sistema jurídico de administração. Também nos Estados absolutos, em que a vontade do soberano era a última lei, não havia clima para a formação do Direito Administrativo. A administração não se submetia a regras e condições limitativas e flutuava ao sabor da conveniência política ou dos ditames pessoais da suprema autoridade do Estado. A juridicidade da administração pública é fruto do liberalismo político. Os direitos do homem geram os deveres do Estado. Nos regimes absolutos, o administrador — veículo da vontade do soberano — é, como êste, irresponsável. A administração é, apenas, uma técnica a serviço de privilégios de nascimento. O Estado de Direito, ao contrário submete o Poder ao domínio da Lei: a atividade arbitrária se transforma em atividade jurídica”.

(...)

(TÁCITO, Caio. *Evolução histórica do Direito Administrativo*. Revista do Serviço Público, ano 1955, v.66, n.03, p. 536-537)

Com relação à origem do Direito Administrativo, de acordo com a visão externada pelo autor referenciado, é correto afirmar que sua concepção

(A) remonta-se ao período do regime escravagista, na medida em que o poder do senhorio estava ligado à necessidade de atribuir legitimidade às suas ações.

(B) se opõe à ideia de regime absolutista, na medida em que a atribuição de direitos ao homem resultou na responsabilidade do Estado, limitando seu poder, razão pela qual se tem a conformação do Estado de Direito.

(C) atravessa distintos períodos históricos, pois sua concepção varia de acordo com o regime de governo predominante, se absolutista, liberalista ou democrático.

(D) não se confunde com juridicidade, uma vez que as regras sobre as atividades do Poder Público sempre foram uma constante no contexto da vida social, ainda que utilizadas como subterfúgio para ações de regimes autoritários.

(E) não se coaduna com regimes monárquicos, independentemente do modelo adotado.

3. (2024)

É correto afirmar que o interesse público

(A) é único, existe no plano abstrato e independe da ordem constitucional.

(B) não se opõe necessariamente ao interesse privado.

(C) secundário está diretamente relacionado à necessidade de o Estado satisfazer necessidades coletivas, por meio de atividades prestadas em favor da coletividade.

(D) primário é o interesse do próprio Estado, enquanto sujeito de direitos e obrigações.

(E) confunde-se com o interesse da Administração Pública, pois cabe a esta garantir o atendimento das necessidades coletivas.

4. (2024)

Analise as situações concretas descritas a seguir e assinale a alternativa que corresponda a, respectivamente, um interesse público primário e secundário.

(A) Oferecer, gratuitamente, o direito à educação; defesa da Administração Pública em processo judicial para garantir vaga na creche às crianças da municipalidade.

(B) Cobrar multas administrativas; defesa da Administração Pública em execução fiscal.

(C) Defender seus interesses em juízo; dever de preservar o patrimônio público contra danos.

(D) Oferecer, gratuitamente, o direito à saúde; dever de estabelecer Vigilância Sanitária.

(E) Proteger os povos indígenas; estabelecer política de segurança pública.

5. (2024)

O Profissional para Assuntos Administrativos/Profissional de Administração da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), enquanto agente público, possui atuação imputada à entidade pública por ele integrada, o que está de acordo com o princípio da Administração Pública da

(A) moralidade.

(B) impessoalidade.

(C) eficiência.

(D) publicidade.

(E) isenção.

6. (2024)

Considere a seguinte situação hipotética:

Uma chefia de setor de fiscalização da Prefeitura de Osasco recebeu, certa vez, reclamação de que um fiscal municipal teria baseado determinadas decisões de autuação ou não autuação de feirantes, em uma feira livre do município, em relações de amizade, inimizade ou parentesco.

Dentre os princípios da Administração Pública, tal conduta, se confirmada, representaria violação do princípio da

(A) justiça social.

(B) cordialidade.

(C) regularidade.

(D) impessoalidade.

(E) improbidade administrativa.

7. (2024)

Dentre os princípios da Administração Pública, assinale aquele que está de acordo com a afirmação: “A Administração Pública deve obedecer não somente à lei jurídica, mas, também, aos padrões éticos que podem ser estabelecidos em cada instituição”.

(A) Eficiência.

(B) Supremacia do interesse público.

(C) Moralidade.

(D) Motivação.

(E) Segurança Jurídica.

8. (2024)

Sobre o princípio constitucional da eficiência, relativo à Administração Pública, é **correto** afirmar que:

(A) se encontrava presente no texto constitucional de 1988 e se sobrepõe aos demais princípios constitucionais da administração pública.

(B) somente pode ser compreendido por sua subserviência à legalidade e à moralidade e por sua sobreposição à publicidade e impessoalidade.

(C) pode ser compreendido como a busca pela otimização do uso de recursos para determinado fim e advém de emenda constitucional de 1998.

(D) decorre de um sentido semelhante à eficácia e à efetividade da política pública e se submete ao princípio implícito da impessoalidade e ao explícito da legalidade.

(E) se insere no texto constitucional pela reforma do aparelho do Estado nos anos 1990 e apresenta-se como o sexto princípio constitucional explícito.

DIREITO PENAL

1. (2023)

Figure a hipótese em que Caio está condenado por crime e, contra a sentença, interpôs recurso de apelação, ainda não julgado. Por sua vez, Tício fora condenado pelo mesmo crime, contudo, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença condenatória, a pena já está sendo executada. Figure, ainda, que na pendência do recurso de apelação de Caio e durante a execução da pena de Tício, a conduta deixa de ser tipificada criminalmente. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) Caio e Tício terão a punibilidade extinta.
- (B) nenhum dos dois terá a punibilidade extinta.
- (C) Caio será absolvido, e Tício terá a punibilidade extinta.
- (D) apenas Caio terá a punibilidade extinta.
- (E) apenas Tício terá a punibilidade extinta.

2. (2023)

Determina o art. 12 do CP: “as regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso”. Trata-se de norma que

- (A) prescreve a aplicação das regras do CP em situação de antinomia.
- (B) prescreve a aplicação do princípio da especialidade.
- (C) prescreve a aplicação do princípio da legalidade.
- (D) privilegia as regras do CP em detrimento da lei especial.
- (E) admite a interpretação analógica em situação de anomia.

3. (2023)

As regras gerais do Código Penal, nos termos de seu art. 12,

- (A) aplicam-se, apenas, aos fatos incriminados no Código Penal ou leis especiais que assim expressamente prevejam.
- (B) aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.
- (C) não se aplicam a fatos incriminados por lei especial se a vigência do Código for posterior à da Lei.

- (D) não se aplicam a fatos incriminados por lei especial se a vigência do Código for anterior à da Lei.
- (E) tem primazia sobre as regras de lei especial, quando esta dispuser de modo diverso.

4. (2023)

Do princípio do *locus delicti commissi*, depreende-se que

- (A) por ficção, a lei penal considera como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública.
- (B) o estrangeiro pode alegar erro sobre a ilicitude do fato que, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- (C) as convenções, tratados e regras de direito internacional não podem ser excluídos quando da aplicação da lei penal.
- (D) considera-se praticado o crime apenas no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.
- (E) a lei nacional alcança os crimes praticados dentro do território nacional, sejam os agentes nacionais, estrangeiros ou apátridas.

5. (2023)

Nos termos do Código Penal, aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

Diante do exposto é **correto** afirmar que a regra em nosso direito é da aplicação do princípio da

- (A) territorialidade convencional.
- (B) extraterritorialidade condicionada.
- (C) territorialidade internacional.
- (D) territorialidade temperada.
- (E) extraterritorialidade convencional.

6. (2023)

Tendo em conta o Código Penal, a respeito da aplicação da lei penal, é **correto** dizer que:

- (A) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra os chefes dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado Brasileiro.
- (B) para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras privadas, onde quer que se encontrem, desde que em serviço do governo brasileiro.
- (C) considera-se praticado o crime no momento em que se produz ou deveria se produzir o resultado.
- (D) a pena cumprida no estrangeiro será computada à pena imposta no Brasil, pelo mesmo crime, desde que idêntica. Se diversas as penas, a imposta no Brasil será cumprida integralmente, sem atenuação.
- (E) a sentença estrangeira para ser homologada pelo Brasil, a fim de obrigar o condenado à reparação do dano, depende da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a decisão.

7. (2023)

Aplica-se a lei penal brasileira a fatos ocorridos no interior de aeronaves brasileiras de natureza pública, onde quer que se encontrem. Também se aplica a lei penal brasileira a fatos ocorridos no interior de

- (A) aeronaves brasileiras mercantes, onde quer que se encontrem, desde que a vítima seja brasileira.
- (B) aeronaves brasileiras mercantes, onde quer que se encontrem, contra qualquer vítima.
- (C) aeronaves brasileiras de propriedade privada, sobrevoando território estrangeiro.
- (D) embarcações brasileiras mercantes, ancoradas em porto estrangeiro.
- (E) embarcações brasileiras de propriedade privada, que estejam em alto-mar.

8. (2024)

Mévio, brasileiro, em voo com destino ao exterior, em aeronave de propriedade de empresa aérea brasileira, quando já em espaço aéreo estrangeiro, a fim de satisfazer a própria lascívia, aproveitando-se que a passageira ao lado dormia, masturba-se, ejaculando sobre o corpo da mulher que, imediatamente, acorda. A mulher também é brasileira. Mévio é detido, assim que a aeronave pousa em solo estrangeiro. No entanto, pouco tempo depois, por decisão judicial que julgou a conduta por ele praticada atípica, não abarcada no tipo penal es-

trangeiro equivalente ao crime de estupro e ante a inexistência de tipo penal estrangeiro equivalente ao crime de importunação sexual, é absolvido. Logo após a decisão absolutória, Mévio retorna ao Brasil, sendo certo que aqui, em vista da repercussão do caso na imprensa, por iniciativa da autoridade policial, passa a ser investigado por crime de importunação sexual.

A respeito da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Em vista da regra de extensão territorial, que considera praticado no país, os crimes ocorridos em aeronaves brasileiras, por brasileiro, Mévio será julgado e processado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira.
- (B) Embora a absolvição por decisão estrangeira não seja obstáculo, Mévio não poderá ser julgado e processado se inexistente representação da vítima, vez que o crime de importunação sexual é de ação penal pública condicionada.
- (C) Uma vez que houve julgamento e absolvição no estrangeiro, Mévio não poderá ser processado e julgado pela lei brasileira.
- (D) Ainda que cometido o crime no estrangeiro, Mévio será processado e julgado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira, vez que se trata de crime que por convenção ou tratado, o Brasil se comprometeu a reprimir.
- (E) Em vista da regra de extensão territorial, que considera praticado no país, os crimes ocorridos em aeronaves brasileiras, contra brasileiro, Mévio será julgado e processado pela lei brasileira, mesmo diante da absolvição por decisão estrangeira.

9. (2023)

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, sem a necessidade de concorrência de qualquer outra condição, os crimes

- (A) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (B) praticados em embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro.
- (C) praticados em aeronaves brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro.
- (D) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- (E) praticados por brasileiro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2023)

De acordo com o Código de Processo Penal, é **correto** afirmar:

(A) A autoridade policial durante a elaboração do inquérito colherá informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência, além do nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

(B) Quando a infração deixar vestígios será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.

(C) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, salvo as provas derivadas das ilícitas, tendo em vista que em regra não há contaminação, ou seja, todas são independentes.

(D) É permitido o uso de algemas em mulheres grávidas, sob custódia, durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.

(E) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso deverá aguardar o deslocamento da autoridade no prazo de até 24 horas.

2. (2023)

A respeito da audiência de custódia, de acordo com as disposições constantes do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) É vetada a realização nas hipóteses de prisão em flagrante por crime hediondo.

(B) Deve ser realizada no prazo máximo de até 24 horas da data do recebimento do auto de prisão em flagrante, sendo facultada a participação de advogado ou defensor público pelo acusado.

(C) Em se tratando de prisão em flagrante por porte de arma de fogo de uso restrito, a liberdade provisória do acusado necessariamente será condicionada à imposição de uma ou mais medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal.

(D) Na audiência de custódia, o juiz aferirá a legalidade da prisão em flagrante, relaxando-a, em caso de ilegalidade ou, constatada a legalidade da prisão, convertendo-a em preventiva, presentes os requisitos legais, ou concedendo liberdade provisória, com ou sem fiança.

3. (2022)

Nos termos do Código de Processo Penal, é **correto** afirmar que

(A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

(B) em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

(C) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao Promotor de Justiça competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

(D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em até 48 (quarenta e oito) horas ao Promotor de Justiça competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

(E) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

4. (2022)

Nos termos do Código de Processo Penal, apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. É **correto** afirmar que a falta de testemunhas da infração

(A) não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso ao juiz competente.

(B) impedirá a elaboração do auto de prisão em flagrante, devendo a autoridade de polícia judiciária competente providenciar a elaboração de relatório consignando a situação, o qual será assinado pelo condutor e por pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

(C) impedirá a elaboração do auto de prisão em flagrante, devendo a autoridade de polícia judiciária competente providenciar a elaboração de relatório consignando a situação, o qual será assinado pelo condutor e por pelo menos quatro pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

(D) não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

(E) não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos quatro pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

5. (2022)

Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) qualquer do povo deverá e as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

(B) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

(C) a falta de testemunhas da infração impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.

(D) não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado ao Tribunal de Justiça.

(E) se o réu se livrar solto, poderá ser posto em liberdade, antes de ser lavrado o auto de prisão em flagrante.

6. (2022)

Com relação à prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Não poderá ser decretada pelo juiz a requerimento do assistente da acusação.

(B) Será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena.

(C) Poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

(D) Não será, em qualquer hipótese, admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.

7. (2023)

Nos termos da Lei nº 7.716/1989, é correto afirmar que o crime de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional

(A) possui modalidade culposa.

(B) é apenado com detenção.

(C) está previsto no Código Penal.

(D) possui forma qualificada.

(E) possui causa de aumento de pena.

8. (2022)

Com base na Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aquele que se utiliza de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet, para corromper menor de 18 (dezoito) anos, induzindo-o a praticar infração penal,

(A) não comete crime, por tratar-se de fato atípico.

(B) comete uma contravenção penal prevista na legislação.

(C) comete um crime qualificado previsto na referida legislação.

(D) comete um crime com causa de aumento de pena.

(E) comete um crime apenado com reclusão.

DIREITO PENAL MILITAR

1. (2024)

João, José e Carlos, militares do Exército Brasileiro, após receberem ordem legal de Petrônio, superior hierárquico, reuniram-se espontaneamente e, mediante o emprego de arma de fogo, negaram-se a cumpri-la.

Registre-se, que, no momento da recusa ao cumprimento da determinação, Márcio, militar subordinado a Petrônio, agindo com dolo e sem dispor de prévio conhecimento sobre os fatos, deixou de utilizar de todos os meios ao seu alcance para impedir o ato criminoso. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar), assinale a afirmativa correta.

- (A) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.
- (B) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de motim.
- (C) João, José e Carlos responderão pelo crime de revolta. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.
- (D) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.
- (E) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.

2. (2024)

Riobaldo, sargento da Polícia Militar de um estado da região Sudeste, inconformado com o que entendia ser um volume excessivo de trabalho imposto pelo comandante do Batalhão no qual estava lotado, concertou-se com outros 25 militares da mesma unidade para paralisarem por um dia seu serviço de patrulhamento, exigindo do comandante-geral da corporação a exoneração do comandante do batalhão.

Para tanto, decidiram, quando da assunção do serviço, postarem-se sentados no chão, em frente ao portão principal da unidade, impedindo a entrada ou a saída das viaturas utilizadas no patrulhamento ostensivo. Visando a afirmar o caráter pacífico do movimento, Rio-

baldo e seus companheiros concordaram em estar desarmados e em trajas civis no momento do planejado protesto.

No dia marcado, ao se deparar com a ação de seus subordinados, o comandante do Batalhão, coronel Ramiro, em três oportunidades, dirigiu ordem direta aos policiais militares para que cessassem com o protesto e retomassem imediatamente seus afazeres, liberando a entrada principal da unidade. Tal determinação, no entanto, foi expressamente rechaçada pelos subordinados, afirmando que não liberariam a circulação das viaturas nem assumiriam suas funções normais naquele dia. Diante disso, o coronel Ramiro advertiu que iria mobilizar o restante de sua tropa, cerca de 90 homens, para retirar à força Riobaldo e seus colegas de farda. Ato contínuo, surpreendendo Riobaldo e os demais companheiros, o cabo Hermógenes, liderando mais 4 militares, exibiu para o comandante armas de fogo que, até então, traziam escondidas sob suas vestes, dando a entender que iriam resistir a qualquer medida de força por ventura determinada.

Diante do acima exposto, é correto afirmar, em relação à conduta dos militares que protestavam, que:

- (A) Riobaldo e seus companheiros praticaram o crime de conspiração, previsto no Art. 152 do Código Penal Militar, uma vez que se concertaram para a prática do crime de motim (Art. 149 do Código Penal Militar);
- (B) Riobaldo e todos os demais praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso I do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico e não houve o efetivo emprego do armamento por parte daqueles que se encontravam armados;
- (C) Riobaldo e todos os policiais militares que se encontravam desarmados praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso I do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico, enquanto Hermógenes e os outros quatro militares que se encontravam armados (circunstância

não abrangida pelo dolo dos demais) irão responder pelo crime de revolta, previsto no parágrafo único do mesmo Art. 149;

(D) Riobaldo e todos os policiais militares praticaram o crime de revolta, previsto no parágrafo único do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico, comunicando-se a todos a circunstância de Hermógenes e dos outros quatro militares que se encontravam armados;

(E) Riobaldo e todos os demais policiais militares incidiram em infração disciplinar de natureza grave, uma vez que, conforme a doutrina e a jurisprudência, o lapso temporal do referido protesto não foi suficiente para caracterizar o crime de motim ou de revolta.

3. (2023)

Nos termos do Código Penal Militar (Decreto-Lei N° 1.001, de 21 de outubro de 1969), considere hipoteticamente que Soldado Paulo, Soldado José e Cabo Mário, militares lotados no 4° Batalhão da capital, se reuniram, sem armas e se negaram a cumprir ordem manifestamente legal de superior hierárquico, além de agir contra a referida ordem. Nesse caso, está configurado o crime de

- (A) revolta.
- (B) omissão de lealdade militar.
- (C) motim.
- (D) Do apologia de fato criminoso.
- (E) organização de grupo para a prática de violência.

4. (2023)

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

O delito de motim pode ser praticado quando se reunirem militares ou assemelhados _____.

(A) assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra inferior

(B) recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência

(C) agindo contra a ordem recebida de inferior, ou negando-se a cumpri-la

(D) ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, ou dependência de qualquer deles, hangar, aeródromo ou aeronave, navio ou viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação

militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem de inferior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar

(E) com armamento ou material bélico, de propriedade militar, praticando violência à pessoa ou à coisa pública ou particular em lugar sujeito ou não à administração militar

5. (2022)

Sargento Louise deu ordem para que os policiais militares recém-empossados permanecessem no quartel aguardando instruções para um treinamento de policiamento ostensivo. Agindo de forma contrária à determinação recebida pela superior, o Soldado Prima e o Soldado Flores reuniram um grupo de seis militares no bar ao lado do quartel, e passaram a criticar sua superior hierárquica de forma desrespeitosa.

Nessa situação hipotética, os soldados militares

- (A) praticaram o crime de motim.
- (B) praticaram o crime de omissão de lealdade.
- (C) praticaram o crime de revolta.
- (D) praticaram o crime de insubmissão.
- (E) estavam corretos ao negar-se a cumprir a ordem da Sargento Louise, pois a ordem é ilegal por violar o direito constitucional de ir e vir.

6. (2022)

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Configura crime contra a autoridade ou disciplina militar, a conduta típica de _____.

(A) revelar notícia, informação ou documento, cujo sigilo seja de interesse da segurança externa do Brasil

(B) deixar o militar de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo

(C) ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias

(D) eixar de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação

(E) usurpar função pública, por interesse ou sentimento pessoal

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

1. (2024)

Luiz, sargento da Polícia Militar do Estado de São Paulo, agindo com dolo, deixou de apresentar-se no momento da partida da aeronave de que é tripulante.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é correto afirmar que Luiz responderá pelo crime de

- (A) abandono de posto, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (B) deserção especial, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (C) deserção qualificada, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (D) deserção especial, sem causas de aumento de pena.

2. (2023)

Analise as assertivas abaixo:

I. na mesma pena do crime de deserção incorre o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

II. se a deserção ocorre em unidade estacionada em fronteira ou país estrangeiro, a pena será aplicada em dobro.

III. se o agente se apresenta voluntariamente dentro em 15 dias após a consumação do crime de deserção, a pena é diminuída de metade.

IV. no crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta anos e, se oficial, a de sessenta.

De acordo com o que estabelece o Código Penal Militar sobre o crime de deserção, está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

3. (2023)

Com base no Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), considerando o crime de deserção, disposto no artigo 187 do Código Penal Militar, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

() Comete o crime de deserção o militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias.

() Incorre na mesma pena o militar que não se apresenta no lugar designado, dentro de sete dias, findo o prazo de trânsito ou férias.

() Incorre na mesma pena o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade

() Se o agente se apresentar voluntariamente dentro de oito dias após a consumação do crime, a pena é diminuída de metade, e de um terço, se de mais de oito dias e até sessenta;

() Se a deserção ocorrer em unidade estacionada em fronteira ou país estrangeiro, a pena é agravada de um terço.

Assinale a alternativa que indica a sequência **CORRETA**.

- (A) V, F, V, V, V.
- (B) V, V, F, F, V.
- (C) V, F, F, V, F.
- (D) V, V, F, V, F.
- (E) F, V, F, V, F.

4. (2023)

Com base no Código Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), analise os itens abaixo. A deserção é configurada ao ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias. São casos assimilados:

I. não se apresenta no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou férias.

II. deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.

III. tendo cumprido a pena, deixa de se apresentar, dentro do prazo de oito dias.

IV. consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

Após a análise dos itens, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas um item está correto.
- (B) Apenas dois itens estão corretos.
- (C) Apenas três itens estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Todos os itens estão incorretos.

5. (2023)

“X”, Cabo da ativa do Exército Brasileiro, faltou ao serviço para o qual estava prévia e nominalmente escalado na Guarda do Quartel, no dia 11 de janeiro de 2023. No dia 13 de janeiro de 2023, “X” telefonou à sua Unidade, informando que havia desistido de continuar sua carreira militar e que não mais iria retornar. Na sequência, “X” se ausentou, não retornando mais à sua Unidade Militar.

Diante dessas informações, e considerando os termos do Código Penal Militar, é correto afirmar que “X” consumaria o crime de deserção às 00h do dia

- (A) 23 de janeiro de 2023.
- (B) 19 de janeiro de 2023.
- (C) 20 de janeiro de 2023.
- (D) 22 de janeiro de 2023.
- (E) 21 de janeiro de 2023.

6. (2023)

Santiago, Sargento do Exército brasileiro, militar da ativa, ausentou-se da unidade em que serve, situada em zona de fronteira, por 15 (quinze) dias, sem prévia licença do seu superior. Lavrado o Termo de Deserção, Santiago foi capturado e preso na residência de Carlos, seu tio (parente em 3º grau na linha colateral), que lhe deu asilo, ciente de que aquele incorria em crime. Considerando o que prevê o Código Penal Militar sobre os crimes cometidos em tempo de paz, analise as afirmativas a seguir:

I. Caso seja condenado, a pena pelo crime de deserção a ser aplicada a Santiago é agravada de 1/3 (um terço).

II. Caso seja condenado, Santiago poderá obter o benefício da suspensão condicional da pena.

III. Carlos estará isento da pena do crime de “favorecimento a desertor”, ante o grau de parentesco com Santiago.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

7. (2022)

O Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969) trata dos crimes contra o serviço militar e o dever militar e, entre eles, o crime de deserção. Assinale a alternativa que apresente **corretamente** a definição legal do crime de deserção.

- (A) Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias
- (B) Opor-se à execução de ato legal, mediante ameaça ou violência ao executor, ou a quem esteja prestando auxílio
- (C) Determinar o comandante, sem ordem superior e fora dos casos em que essa se dispensa, movimento de tropa ou ação militar
- (D) Recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução

8. (2022)

Na deserção “tutela-se o serviço militar afetado pelo fato de o agente não estar presente. Protege-se, ademais, o dever militar, o comprometimento, a vinculação do homem aos valores éticos e funcionais da caserna e de sua profissão.” Nesse contexto, à luz do Código Penal Militar, resta caracterizada a deserção quando, sem licença, ausentar-se o militar da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de

- (A) três dias.
- (B) cinco dias.
- (C) oito dias.
- (D) quinze dias.
- (E) trinta dias.

9. (2022)

Comete o crime de deserção o militar que

- (A) inicia serviço de natureza privada, quando a intenção do agente é expressamente a mobilidade profissional.
- (B) se ausenta, por mais de oito dias, sem licença para tanto, de onde serve ou de onde deve permanecer.